

FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO  
ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE ENTIDADES DA  
SOCIEDADE CIVIL

Maria de Fátima Paiva

ADALBERTO VIEIRA BARBOSA

**PROBLEMA:**

**Descarte irregular de resíduos Sólido**

**ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA:**

**Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Especialização Estado, Políticas Públicas e Gestão de Entidades da Sociedade Civil, pela Fundação Santo André.

Monitora: Isabella Jinkings

Santo André  
2016

## Sumário

1. Indicação da situação-problema e Fluxograma explicativo .....	1/1
Situação Problema .....	1 /1
Fluxograma Explicativo.....	4 /1
2. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos .....	1 /2
3. Árvore do problema.....	1 /3
4. Plano de Ação.....	1 /4
5. Análise de Atores.....	1 /5
6. Análise de Riscos e Fragilidades .....	1 /6
7. Considerações Finais .....	1 /7
8. Referências bibliográficas .....	1 /8

## **1. Indicação da situação-problema e Fluxograma explicativo**

### **Situação Problema**

O referido trabalho tem como objetivo despertar aos gestores públicos, a iniciativa privada e a comunidade na elaboração de políticas públicas e boas praticas que possa transformar os hábitos e costumes inseridos em parte da sociedade que aponte para ações que retifique falhas nos descartes de resíduos sólidos na cidade de São Paulo, bem como possa elevar a ações que venha punir aos que ignoram as leis e os direitos das pessoas que habitam em torno dos referidos espaços.

O descarte irregular é um problema histórico na cidade de São Paulo. Inúmeras medidas já foram tomadas, porém com pouca efetividade em resultados, uma vez que a questão se agrava a cada ano.

Existem alguns instrumentos legais implantados pela prefeitura e estado para mitigar o problema da má gestão do entulho gerado na metrópole e na região metropolitana, como regras de licenciamento e empresas transportadoras de resíduos da construção civil e das pequenas obras executadas pelos munícipes na região periférica ou centro expandido, bem como o uso de caçambas em vias publicas e a destinação em aterro público.

A Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), é bastante atual e contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao País no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

Prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado).

Institui a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens pós-consumo e pós-consumo. <http://www.mma.gov.br/pol%ADtica-de-res%C3ADduos-s%B3lidos>

Um breve olhar em alguns bairros da cidade e a complexidade em busca de solução do problema é desafiador, observamos que o crescimento desordenado, aliado a falta de planejamento e educação ambiental, a divulgação dos serviços prestados pela prefeitura e compromisso com a cidade de alguns moradores faz de pequenos e médios descartes verdadeiros “lixões” dentro dos bairros.

Os pontos revelam o descaso de parte dos moradores que, em reformas e construções, poderia e deveria contratar o serviço de coleta em caçambas, mas recorrem a pessoas em situação de rua ou aos próprios trabalhadores da obra para efetuar os descartes de inertes em locais não apropriados. Tal prática também é recorrente por oficinas de costura e por vendedores ambulantes, geradores de resíduos tais como copos plásticos, bagaço de cana e garrafas PET.

É possível detectar nas gestões públicas iniciativas de parcerias publicas privadas (PPP), assim como os consórcios, que correspondem ao modelo atualmente implantado na cidade de São Paulo.

No caso dos consórcios, estes são responsáveis pela coleta e fiscalização dos referidos espaços públicos e, em grande parte das vezes, dão preferência em fazer a coleta uma mensalmente, bimensalmente ou ainda quando surgem reclamações de moradores através de canais de atendimento ou mesmo das redes sociais.

São muitas as iniciativas das diversas gestões, como a criação do Departamento Ambiental por parte da Guarda Civil Metropolitana, os eco pontos, as operações chamadas de “cata bagulho”, organizadas mensalmente pelas subprefeituras, e diversas leis que regulam a destinação dos resíduos gerados em pequenas reformas, obras de médio porte e outros tipos de inerte, sejam eles de madeira, plástico ou outros materiais sólidos.

A utilização dos espaços denominados eco pontos (Estação de Entrega Voluntária de Inservíveis), é por parte da prefeitura outra iniciativa que busca a solução ao descarte de pequenas obras ou reformas e de até mesmo móveis. Os ecopontos citados são, portanto, espaços habilitados a receber resíduos que, por cidadão, não excedam o volume de 1m<sup>3</sup>.

Atualmente, segundo a Prefeitura de São Paulo, tais unidades funcionam de segunda-feira a sábado, das 06h às 22h, e nos domingos e feriados, das 06h às 18h.

O Executivo Municipal tem como responsável pela coleta, destinação e fiscalização a Secretaria de Serviços e esta, através da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB), desenvolve uma série de iniciativas visando colocar em prática os diversos trabalhos de limpeza pública, dentre eles o de recolhimento e transformação de parcela dos entulhos gerados pela população da metrópole.

Um das iniciativas feitas pela AMLURB, é a instalação dos eco pontos, que é dividido por região e administrada por consórcio de empresas privadas autorizadas a explorarem a limpeza pública.

De acordo com o portal da Prefeitura de São Paulo, e segundo a consulta de dados da Secretária de Serviços, hoje o município tem 91 pontos de recolhimento de resíduos e outras práticas de educação ambiental.

Todavia, a distribuição por distritos ou subprefeitura não deixa claro qual o critério estabelecido para implantação dos mesmos.

Quanto aos eco pontos, cabe a seguinte distribuição atual:

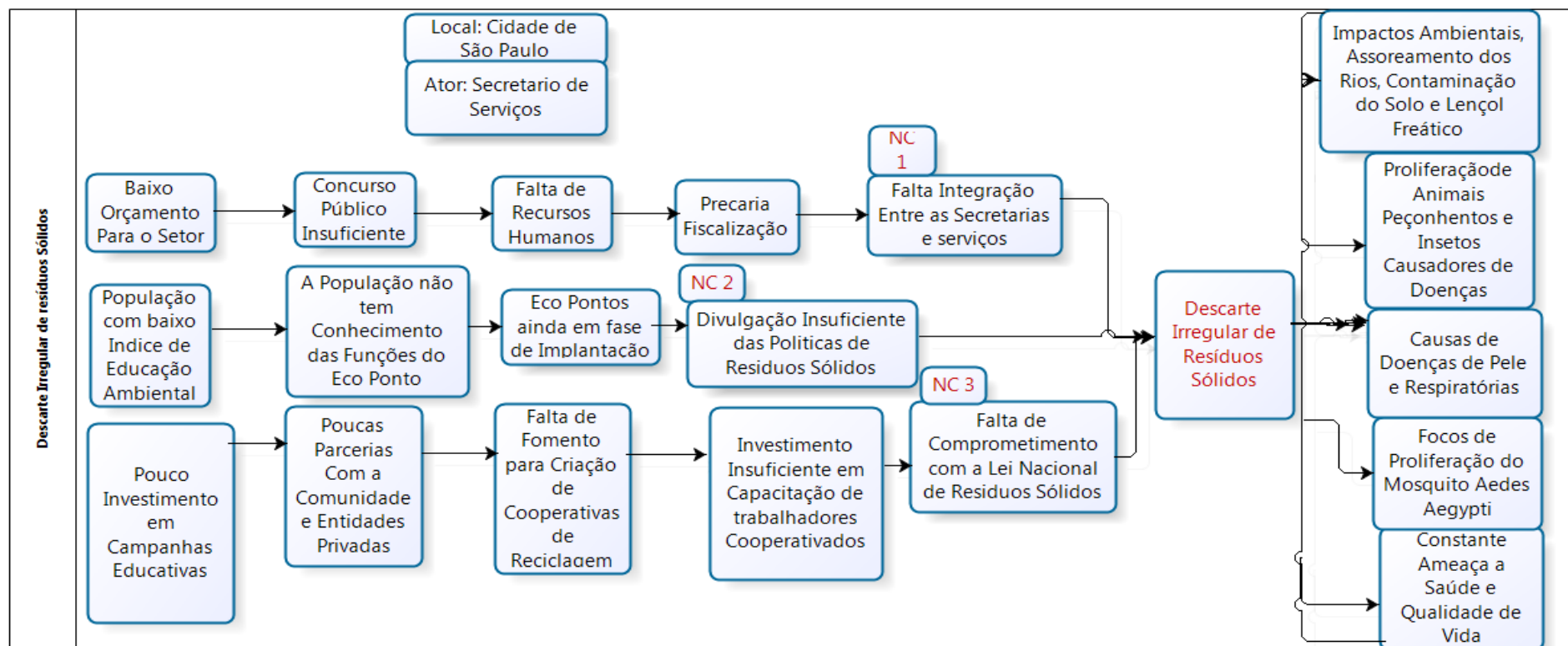
O Consórcio Soma atende as regiões Leste e Sul, totalizando 46 pontos, mas a distribuição não é uniforme, havendo algumas subprefeituras com vários pontos de entrega enquanto outras com quantidade insuficiente para a demanda.

O Consórcio Inova, responsável pelas regiões Centro, Norte e Oeste, administra 45 pontos e também pode ser observada uma falta de critério científico na instalação das unidades.

Em vários pontos da cidade, é possível se perceber o abandono de lixo e resíduos sólidos diversos, criando um ambiente insalubre, visualmente comprometido e com características de dar condições à proliferação de vetores de doenças infectocontagiosas e aumento o risco de enchentes, tanto nos bairros como nas áreas centrais. Também, há um comprovado e expressivo aumento de doenças ligadas à descartes irregulares, como é chicungunha, zika vírus e dengue,

Com base no exposto acima, e como parte fundamental deste trabalho, uma pesquisa de campo foi realizada, assim como estudos de casos anteriores, levando a conclusões que permitirão o andamento dos estudos sobre o caso, assim como a proposta de possíveis soluções por parte da equipe de trabalho, a partir de uma lógica sustentável.

## Fluxograma Explicativo



## **2. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos**

Em análise ao nó explicativo número 1, identificamos a falta de sincronia, termos de cooperação entre as diversas secretarias e órgãos do Governo ligados, direta ou indiretamente, às questões dos descartes e das destinações adequadas aos resíduos sólidos, desobedecendo a (PNRS) Plano Nacional de Resíduos Sólidos capítulo I no seu artigo 5º bem como o entendimento que não basta recolher e dá destinação, e sim termos uma ampla política educacional com objetivo de conscientizar atual e futuras gerações na responsabilidade ambiental.

Tais questões abrangem desde ações de caráter técnico até a comunicação entre a partes relacionadas, observe o nó explicativo 2 a pouca divulgação da lei nº 12.305/2010 (PNRS) impede a apropriação dos gestores públicos da necessidade de cumprimento das metas estabelecida, inclusive ampliando o campo da participação para além das esferas tradicionais de Governo e incluindo os novos meios de decisão e participação, como entidades civis, sociais e religiosas, bem como os conselhos municipais e comunitários.

Assim, é preciso um constante acompanhamento dos resultados e de uma cobrança eficiente e efetiva do andamento dos processos dentre as partes envolvidas, o capítulo II, no seu artigo 3º, inciso XI, gestão integradas de resíduos sólidos um conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

Outra questão é o cumprimento de leis específicas sobre o tema, a falta de comprometimento com a lei Nacional de Resíduos Sólidos o nosso nó explicativo 3, o capítulo II, artigo 6º, inciso VI – a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade; no inciso VII, trata-se da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Há no Brasil, um arcabouço legal amplo e diverso, exigindo dos gestores públicos grande conhecimento ou a contratação de assessorias especializadas para garantir a atenção às leis e normas.

Assim, correções estruturais serão necessárias para se conseguir melhores resultados a partir das medidas propostas neste e em outros estudos futuros.

Das disposições preliminares no capítulo I artigo 10 Incumbe ao Distrito Federal e aos municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos seus respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.

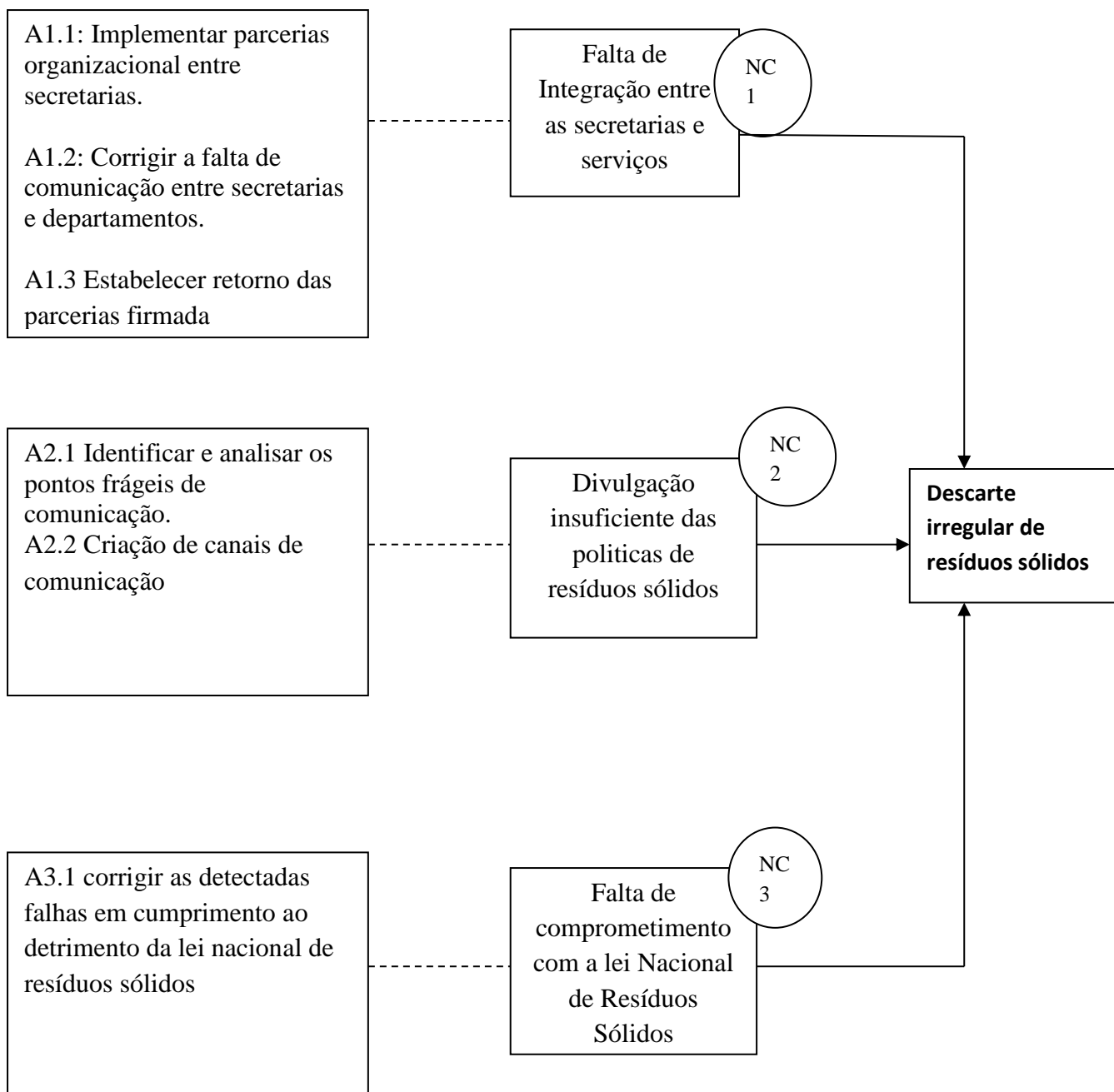
Portanto identificamos a necessidade de implantações de medidas de longa duração, amparado na política nacional de resíduos sólidos, política de estado e não de uma única gestão para que ao longo do período possa ser inserido nos diversos espaços da sociedade práticas de coleta e destinação dos resíduos gerados.

Nos espaços das gestões públicas cidade e região metropolitana que estabeleça práticas contínuas de integração setor público e privado, as comunidades na busca por ações de sustentabilidade comprometidas com a atual e futuras gerações, trabalho integrado e ações inovadoras buscando outras experiências que possa acrescentar e ampliar em qualidade e eficiência as atividades implantadas.

O combate às práticas que desrespeitam o meio ambiente e os moradores dos territórios, passa por ações de fiscalização, bem como ações educativas às gerações que estão nas salas de aula, nos postos de saúde e outros espaços públicos que promova interação entre cidadão e os órgãos de governo nas suas diferentes esferas e organizações.



### 3. Árvore do problema



Nó Crítico	Ações	Resultado das ações
NC 1 – Falta de Integração entre as secretarias e serviços	<p>A1.1: Implementar parcerias organizacional entre secretarias.</p> <p>A1.2: Corrigir a falta de comunicação entre secretarias e departamentos.</p> <p>A1.3 Estabelecer retorno das parcerias firmada.</p>	<p>Estabelecer encontros para firmar parcerias.</p> <p>Sanar as divergências que impedem a comunicação.</p> <p>Um cronograma apontando as ações realizadas.</p>
NC 2 – Divulgação insuficiente das políticas de resíduos sólidos	<p>A2.1 Identificar e analisar os pontos frágeis de comunicação.</p> <p>A2.2 Criação de canais de comunicação</p>	<p>Firmar parcerias com indústria e comércio em divulgarem na SIPAT e nos seu programa de responsabilidade social, as políticas de resíduos sólidos da cidade.</p>
NC 3 – Falta de comprometimento com a lei Nacional de Resíduos Sólidos	<p>A3.1 corrigir as detectadas falhas em cumprimento ao detrimento da lei nacional de resíduos sólidos</p>	<p>Realização das ações em detrimento da Lei.</p>

#### **4. Plano de Ação**

A criação de grupo de trabalho permanente com indicação de representantes das secretárias e que tenham o compromisso de desenvolver trabalho junto à comunidade, movimentos sociais, representante da indústria e comércio que possam apontar ações que estabeleçam boas práticas e enfrentamento ao descarte de resíduos sólidos em espaços da via, beira de córregos que geram diversos problemas as pessoas do entorno e a cidade como um todo.

Produzindo efeitos que modifique a prática a cultura de destino dos resíduos sólidos, retificando assim atitudes que poluem o meio ambiente e permita ganho na qualidade de vida da comunidade local e da cidade, para isso se faz necessário observar a cidade a longo prazo como espaço que concentra-se contingente de pessoas expressiva, de culturas, costumes, hábitos variados.

Inserido neste grupo equipe de especialistas em comunicação capaz de elaborar materiais diversos que dialogue através de vídeos, panfletos, anúncios em jornais locais e de grandes circulações, bem como em outros espaços públicos como UBS, posto de saúde, ônibus, metrô, trens da CPTM, indústria e comércio e o mais significativo e com importância vital para referida campanha a adesão da comunidade, igrejas, associações, feiras livres e outros espaços que reúna grande número de pessoas.

É necessário que possamos discutir o papel e a capacidade dos eco pontos, bem como a contratação dos meios de destinação de forma eficiente e correta dos resíduos sólidos que produzimos no nosso cotidiano, logo surge à necessidade da consciência com seus semelhantes, com o planeta e com as gerações futuras, tudo isso a partir de uma consciência que possa refletir as formas de produção exacerbada e sem o devido controle comprometendo o meio ambiente.

Portanto a participação da sociedade na construção e implantação de políticas públicas torna essencial, o envolvimento da comunidade, dos conselhos participativos e de meio ambiente, bem como os conselhos gestores de saúde e das escolas, permite o empoderamento da

comunidade local e fortalece as ações dando transparência e revelando novos atores na construção de soluções dos problemas da comunidade em relação ao descarte dos resíduos sólidos.

Com a definição do papel que cumpre os novos atores, cabe à secretária de serviço divulgar da publicidade aos endereços e papel dos eco pontos permitindo a comunidade que aproprie do espaço e das atividades oferecidas à população local e adjacências.

Objetivo é que com a destinação dos resíduos de forma adequada e a instalação de campanhas nos diversos veículos e equipamentos públicos e privados possamos obter resultados não só na estética dos bairros e vilas bem como a diminuição da contaminação do solo e assoreamentos dos rios, a diminuição de doenças provocadas por poeiras e fumaça com a queima de plásticos, madeiros e outros insumos descartados de forma indevida e irregular.

## PAINEL 2.1

**NC 1 – Falta de integração entre as secretarias e serviços.**

<b>Ação</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Recursos Necessários</b>	<b>Prazos (meses)</b>	<b>Responsável</b>
A 1.1 Articular encontro entre as secretarias	1.1.1- Reuniões com representantes das secretarias da educação e saúde	Mobilização por parte da Secretária de Serviços	15/05/2016 à 15/01/2017	Secretário de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo
A 1.2 Desenvolver trabalho em conjunto com as demais secretarias	1.1.2 – Identificar os trabalhos a serem desenvolvidos	Recursos humanos	15/05/2016 à 15/01/2017	Secretário de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo
A 1.3				

## PAINEL 2.2

**NC 2 – Divulgação insuficiente das políticas de resíduos sólidos**

<b>Ação</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Recursos Necessários</b>	<b>Prazos (meses)</b>	<b>Responsável</b>
A.1.1- Melhorar a comunicação entre secretarias	Criar grupos de trabalho com representantes das secretárias envolvidas, conselho comunitário, indústria e comércio	Envolver os grupos nas ações e trabalho		Secretario
A.1.2- Criação de meios para divulgação	Campanhas educativas nas escolas públicas e privadas, postos de atendimento à saúde	Palestras, panfletos, rádio comunitária, jornais de bairros		Secretaria de serviços, Educação e Saúde
A.1.3- Uso das redes sociais	Criação de Sites, E-mails, INSTAGRAM, SNAPCHAT, TWITTER e YOUTUBE	Administrador		Secretaria de Comunicação

## PAINEL 2.3

**NC 3 – Falta de comprometimento com a lei nacional de resíduos sólidos.**

<b>Ação</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Recursos Necessários</b>	<b>Prazos (meses)</b>	<b>Responsável</b>
A.1.1- Correção de falhas junto ao cumprimento da lei Nacional	Estabelecer metas de cumprimento da lei de resíduos sólidos	Criação de cronograma de compromissos	15/05/2016 à 15/01/2017	. Secretário de Serviços
A.1.2- Popularização da lei de resíduos sólidos	Realização de gincanas e inserção do tema nas igrejas locais	Apoio dos líderes religiosos	15/05/2016 à 15/01/2017	Subprefeito local
A.1.3- Estabelecer penalidades ao não cumprimento da lei	Prestação de serviços comunitários e multas	Apoio jurídico	15/05/2016 à 15/01/2017	Prefeitura Municipal

## 5. Análise de Atores

Ao analisarmos os quadros de atores envolvidos é possível afirmar que temos um problema cultural e que nossos dirigentes devem empenhar-se para aprovação de plano de trabalho contínuo que tenha desdobramentos em outras gestões, outros governos trata-se de um problema de educação que precisa ser erradicado e que as gerações futuras possam adotar como parte de melhoria na qualidade de vida da atual e gerações futuras.

Logo o secretário de serviço precisa mobilizar e convencer os demais secretários, educação, saúde, meio ambiente, comunicação, segurança urbana e secretária de governo, bem como os subprefeitos de cada território no sentido de organizar as ações, sejam ela no âmbito da legislação, como das ações práticas de orientação, educação a comunidade nos diversos espaços da mesma.

A falta de integração entre as secretarias e serviços deve ser superada com ação integrada pelas diversas secretarias, na medida em que a secretária de saúde, educação e meio ambiente de fato compreendam que o resultado das suas ações diminui os impactos e projetam em qualidade na comunidade, todos ganharão com o resultado obtido, a secretaria de comunicação deve desenvolver campanhas que envolvam os atores externos, os usuários dos serviços de saúde, alunos das escolas públicas e privadas e por fim os trabalhadores (as), em geral nos diversos espaços da sociedade.

As secretarias de segurança urbana a fiscalização e garantia da lei, bem como a secretaria de governo garantir a articulação das demais secretarias e elaboração das leis e criando ambiente de prioridade. Cabe aos subprefeitos realizar atividades de integração da comunidade, dos conselhos participativos e gestores, bem como as entidades privadas do território que possa envolver-se e contribuir para o sucesso do plano.



Por se tratar de ações de longo prazo o engajamento da comunidade é essencial, seja nas campanhas educativas nas escolas, postos de saúde, visita dos agentes de saúde da família, as comunidades religiosas e demais habitantes dos referidos territórios no compromisso de cumprir a lei, todavia o mais importante é obedecer à legislação, mais ter o compromisso de compartilhar com as gerações futuras estas boas práticas.

## PAINEL 3.1

**Ação 1.1 – Articular encontro entre as secretarias.**

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Secretário Municipal de Serviços	Orçamento destinado à secretaria e convenio firmados com outras autarquias	. Queda na arrecadação e dependência de recursos humanos de outras secretarias e comunidade	Priorizando o orçamento para a ação definida	. Saindo do foco da devida ação planejada	Acompanhamento sistemático para garantia das ações planejadas
Subprefeito	. Recursos humanos das coordenadorias envolvidas	Orçamento centralizado nas secretarias	Ampliando o debate com sua equipe e comunidade	Não tendo habilidades de convencimento	Conselhos e comunidade ativos em relação às cobranças
			.		.

## PAINEL 3.2

**Ação 1.2 – Desenvolver trabalho em conjunto com as demais secretarias.**

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Estudantes da rede pública e privada	Disseminação da implantação do projeto	Falta de interesse por parte dos estudantes	Participando das ações conjuntas	Ausentando das ações conjuntas	Trabalhar um envolvimento
Usuários do serviço de saúde	Participação nos encontros informativos	Falta de interesse pelo projeto	Divulgando as informações recebidas	Deixando de participar dos encontros	Motivá-lo à participação

## PAINEL 3.3

**Ação 1.3 – Melhorar a comunicação entre secretarias.**

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Movimentos sociais	Agregar pessoas para expansão do projeto	Falta de engajamento com o projeto	Divulgação e apoio	Falta de envolvimento dos grupos	Fomentar a participação
Entidades sociais	Agregar pessoas para expansão do projeto	Falta de engajamento com o projeto	Divulgação e apoio	Falta de envolvimento dos grupos	Fomentar a participação

## PAINEL 3.4

**Ação 2.1 – Criação de meios para divulgação.**

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Líderes religiosos	Liderança sobre os fiéis	Falta de adesão dos fiéis	Envolvimento na construção do projeto	Abandonando o projeto	. Intensificar a atenção aos grupos

## PAINEL 3.5

## Ação 2.2 –.

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>

## PAINEL 3.6

## Ação 3.1 – .

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>

## PAINEL 3.7

## Ação 3.2 –

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>



## 6. Análise de Riscos e Fragilidades

### PAINEL 4

Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
1. As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	Sim, deve ter um convencimento político e econômico para as demais secretarias, autarquias, departamentos, setor privado e a comunidade, bem como a responsabilidade dos consórcios que realizam a limpeza pública e implantação dos eco pontos.
2. Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Sim, aplicação de multas aos que continuarem ignorando as leis que regulamenta os descartes.  Ao secretário de serviço os efeitos negativos ocorrerão a partir da não implantação e cumprimento das metas da política nacional de resíduos sólidos.
3. Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	O alto número de atores envolvidos no âmbito governamental e privado, o que demanda grande mobilização e comprometimento.  Educação ambiental nas escolas e na comunidade, orientações nos postos de saúde e programa de saúde da família são ações que os atores de outros setores devem engajar-se.
4. O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	Primeiro o cumprimento do plano nacional de políticas de resíduos sólidos em garantias estabelecidas por leis e a conquista da opinião pública na melhoria da qualidade de vida.

	<p>Bem como a mudança educacional em relação aos valores da nossa cidade, bairro, nosso território, o resultado na qualidade de vida implica ações dos gestores públicos em parceria com os prestadores de serviço e a comunidade.</p>
<p>5. Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?</p>	<p>Sim, de acordo com as deliberações determinadas pela Secretaria Municipal de Serviços.</p>

## **7. Considerações Finais**

A questão dos resíduos sólidos deve ser uma política pública permanente e um debate amplo no tecido social.

Ela envolve, como podemos perceber ao longo da pesquisa, questões que vão além de simples visual ou estética, pois envolvem saúde pública, segurança e prestação adequada de serviços.

Abarca também, o tema da sustentabilidade, tão em voga nos dias atuais e de vital importância para o aprimoramento das relações entre pessoas e a cidade, e a construção de um futuro adequado às próximas gerações.

Tais debates devem abranger a todos, desde secretarias e órgãos governamentais até a sociedade, organizada ou não, no sentido de aumentar as chances de adesão às propostas e ações.

Secretarias como a de Educação, Saúde, Meio Ambiente e Serviços devem utilizar os espaços de contato direto com a comunidade, como escolas e UBSs, com a finalidade de informar e esclarecer dúvidas, assim como preparar os servidores para o atendimento adequado da comunidade sobre o tema.

As equipes do Programa Saúde da Família (PSF) também devem desempenhar um papel de promotor das boas políticas de descarte, levando as informações para além das casas, mas também para as empresas, igrejas e entidades sociais.

Somente uma atuação conjunta de toda a sociedade é capaz de reverter o grave problema dos descartes irregulares, amplamente e erroneamente inseridos na cultura de muitos, sendo preciso ir além da legislação, mas agir no campo da educação e da cidadania, dando as bases para a construção de uma sociedade e de uma cidade melhores.

## **8.1 Referências bibliográficas**

COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato. Gestão Estratégica em Políticas Públicas. Campinas: Editora Átomo&Alínea, 2ª ed., 2013.

